

humanitas



**Vol. LXVIII
2016**

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

SOARES DOS REIS, Alcenir e FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (org.), *Patrimônio imaterial em perspectiva*, 288 pp., Belo Horizonte, Fino Traço Editora, Coleção Patrimônio nº 11, 2015, ISBN 978-85-8054-247-9

Recensão recebida a 17-06-2016 e aprovada a 15-09-2016

O volume organizado por Alcenir Soares dos Reis e Betânia Gonçalves Figueiredo recolhe um interessante conjunto de doze contribuições sobre património imaterial, articuladas em dois sub-conjuntos: um primeiro dedicado às “dimensões técnico-conceituais” e um segundo dedicado às memórias e vivências - a casos de estudo, em suma. Algumas destas contribuições recorrem (segundo a “Apresentação”, p. 7-9) de um seminário realizado em 2009 na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, o oitavo de uma série dedicada ao tema “Património Cultural, Memória e Obras Raras: o imaterial a debate”, a que se juntaram outros textos (designadamente a maioria dos casos de estudo).

É oportuno aproveitar do cuidado que os organizadores puseram em nos dar a conhecer, em síntese, os percursos académicos e profissionais dos treze autores (p. 281-284), para verificar que são predominantemente professores universitários (8 em 13) os colaboradores nesta obra, a que se unem alguns técnicos de instituições culturais (designadamente o Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional, 3 em 13) e investigadores não vinculados a instituições estatais (2 em 13). As ciências sociais (e designadamente a História) são a formação dominante, mas a biblioteconomia e as ciências da informação surgem em segundo lugar nas áreas académicas.

Isto explicará que, nomeadamente o primeiro sub-conjunto de comunicações, dedicado aos aspetos técnicos e conceituais dê na verdade mais atenção àqueles (as contribuições de Márcia Chuva, Corina Moreira, Letícia Julião, Alcenir Reis, pp. 25-127, e ainda Ana Silva pp. 145-167, no segundo conjunto) – e principalmente à historiografia e à evolução institucional e legislativa – que a estes (abordados por Betânia Figueiredo pp. 13-24 e, em menor medida, por Sandra Frias pp. 65-84).

O Brasil, note-se, tem inscrito entre as melhores práticas para salvaguarda do património cultural imaterial, o seu programa de Apelo a Projetos para o Programa Nacional do Património Imaterial¹. O volume em apreço, no seu todo, permite uma leitura cuidada, em exergo, dos aspetos concretos,

¹ Decisão (6.CFOM 9.3) do Comité Intergovernamental tomada em Bali em 2011. <http://www.unesco.org/culture/ich/en/decisions/6.COM/9.3>; cons. 7/5/2016.

territorial e institucionalmente determinados, de vários aspetos das políticas públicas e das atitudes do público relativamente ao património imaterial no Brasil, potencialmente extrapoláveis para outros quadros nacionais.

Dessa leitura ressalta uma tensão entre duas ideias complementares que podem definir a questão de base: a intangibilidade do património nos seus aspetos vivenciais e a meta-cultura do património na sociedade. Cerca destes dois polos encontramos, respetivamente, as contribuições de José Meneses, Rubens Silva e Clotilde Teixeira (pp. 169-240) e as de Mário Chagas e Cláudia Storino, Ana Silva e Fabrício Silveira (pp. 129-168 e 241-280).

A importância da primeira destas ideias nucleares ressalta imediatamente da própria terminologia usada: em inglês usa-se a expressão *intangible*, que se poderia ter traduzido mais literalmente por intangível (que não pode ser tocado, que não se pode alterar, segundo o Dicionário da Academia), mas preferiu-se imaterial (que não é formado de matéria); a tradução inversa não seria possível, já que *immaterial* tem também, segundo o Michaelis, um significado de “secundário, não importante”, aliás comum na esfera jurídica, que é obviamente inadequado.

Mas daqui nasce a dificuldade de tratar de forma documental, biblioteconómica (e por arrasto também de forma jurídica, administrativa ou museológica ou genericamente institucional) esse património. Esta dificuldade resolver-se-á tendencialmente, segundo vários dos textos do volume, pela ênfase colocada nos significados ulteriores do património material para as comunidades locais, por um lado, na importância da documentação etnográfica das expressões culturais imateriais, por outro, e nos modos de incorporação da fração fungível das vivências em instituições museológicas, por outro ainda. Estes aspetos podem subsumir-se na expressão “meta-cultura”, enquanto significante do conjunto de valores culturais atribuídos às práticas vivenciais de grupos determinados por constructos sociais que não incluem os viventes específicos dessas práticas ou que, incluindo-os, estabelecem com as práticas uma dissociação temporal. Vista desta forma, a meta-cultura corresponde às leituras “do outro” na prática cultural dada. Pode também corresponder às intervenções que sejam de interpretação, de documentação ou de outro género, feitas pelos próprios ou por outros - não importa - nas práticas culturais “d’outro tempo”, mas não corresponde nunca às leituras do “eu” (social) “neste tempo” (de agora); a relação da meta-cultura com a cultura vivida (o património cultural imaterial propriamente dito) é, desta forma, simétrica à relação da meta-informação arquivística com o documento histórico e ainda inversamente proporcional à relação entre o

património material e os valores transcendentais que culturas determinadas (suas produtoras ou não) lhe atribuem (Avrami e Torre 2000)

Alargue-se o paradoxo gerado por esta tensão, mais agudamente presente nalguns textos da coletânea, com uma metáfora das ciências exatas: aplica-se ao património cultural imaterial o princípio da incerteza de Eisenberg. Na física quântica este princípio dita que é possível medir a posição de um eletrão ou a sua velocidade, mas não as duas coisas (no mesmo eletrão, ao mesmo tempo). De forma idêntica, o património cultural imaterial pode ser abordado intelectivamente no devir dos seus aspetos espaciais, temporais, ambientais e psicológicos efetivos (vivenciais), ou registado na cristalização documental deles, mas não simultaneamente de ambos os modos.

Pode talvez supor-se que desta tensão e das respostas que podem ser, e correntemente são, dadas (cf. Unesco 2004 e 2006, Stefano e Corsane 2012 ou García 2008; cf. ainda, em Portugal as contribuições em Jorge 2005 e Cabral 2009 e Medeiros e Ramos 2009) emerge o facto de estarem ausentes da obra testemunhos em primeira mão, “retratos do natural” do património cultural imaterial das regiões envolvidas e das suas comunidades. Essa(s) realidade(s) surge(m)-nos mediada(s) por académicos ou administradores, naturalmente preocupados com o devir institucional da sua atividade, os seus ilustres predecessores, o quadro legal em que se moveram e as alterações significativas que nele produziram e, em suma, o *modus faciendi* que o património imaterial exige a quem com ele lida e, em menor medida, os seus aspetos propriamente intangíveis (ou, para sugerir outro significante, “incorpóreos”). Neste sentido o contributo da obra para a matéria mais em geral é inestimável, a título exemplar.

Mas tente-se abordar a questão por outra via, ainda que também ela etimológica na sua origem, questão que – refira-se - é motivo de hesitações na obra em apreço (v.g. pp. 14, 66).

Património –segundo Houaiss - é um vocábulo de origem medieval de étimo latino, conjugando *pater* (pai, fundador, antepassado, título de respeito) e *moneo* (lembrar, fazer pensar em). Património é, em suma, o que evoca os nossos antepassados, sejam eles familiares ou comunitários. E esta noção está indissociavelmente ligada a uma outra, esta profundamente ligada a toda a escala de valores romanos a do *mos maiorum* (os costumes do antepassados). Para que as questões se coloquem na sua respetiva posição relativa, os romanos efetivamente não usavam a palavra (não tinham a noção de !?) património material (que designavam sumariamente de *fortuna*, que significa também “sorte”), mas usavam (e abusavam) da noção de usos e

costumes herdados de pais e avós, celebrados literariamente de Catão-o-Velho a Cícero e Virgílio, da noção de património imaterial, em suma.

Podemo-nos dispensar de acompanhar a evolução do conceito para dizer apenas que a celebração dos costumes herdados é uma espada de dois gumes: o poder de direito divino, a escravatura, a xenofobia, a intolerância religiosa, a subalternização da mulher, o espancamento disciplinar das crianças e a eliminação física dos animais domésticos indesejáveis, *verbi gratia*, fizeram todos parte dos usos e costumes herdados em algum momento. Diríamos que, de alguma forma, se poderiam constituir candidatos a património cultural imaterial reconhecido no registo (entendido como *naturaliter* destinado a práticas salutareis), mas que foram relegados a práticas proscritas por uma evolução mais geral da sociedade, que incorporou essas práticas, as registou como desvios e finalmente (?) as baniu (?) da sociedade e do registo.

De um país com um património cultural de variegadas raízes como o Brasil, poderia talvez esperar-se uma reflexão mais difundida desta problemática também, senão sobretudo, nos casos de estudo.

Mas não deve isto obstar ao reconhecimento do principal mérito da obra, de desenvolvimento e publicação de importantes reflexões sobre uma matéria de grande importância para pensadores, responsáveis públicos e para a sociedade em geral.

Referências

- Avrami, Erica; Randall, Mason e De la Torre, Marta, 2000: Values and Heritage Conservation (Los Angeles, Getty Conservation Institute). Disponível em https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/pdf/valuesrpt.pdf (cons. 14/5/2016).
- Cabral, Clara Maria Ferreira Bertrand, 2009: Património Cultural Imaterial. Proposta de uma Metodologia de Inventariação (Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Dissertação de Mestrado).
- García Simó, Inmaculada (coord.), 2008: El Patrimonio Cultural Inmaterial. Definición y sistemas de catalogación (Murcia, Servicio de Patrimonio Histórico, Actas del seminario internacional. Murcia, 2007). Disponível em <http://www.rdp.uevora.pt/bitstream/10174/8972/1/GARCIA%20SIMO%20-%20EI%20patrimonio%20cultural%20inmaterial.pdf> (cons. 14/5/2016).
- Jorge, Vítor Oliveira, (coord.) 2005: Conservar para quê? (Porto/Coimbra, CEAUCP)
- Medeiros, António e Ramos, Manuel João (coords.), 2009: Memória e Artificio: A Matéria do Património (Lisboa, Sociedade de Geografia).

Stefano, Michelle L.; Davis, Peter e Corsane, Gerard, 2012: Safeguarding Intangible Cultural Heritage (Woodbridge, The Boydell Press / International Centre for Cultural & Heritage Studies, Newcastle Un.).

Unesco (ed.) 2004: Views and Visions of the Intangible (Londres, Blackwell Publishing/ UNESCO, Museum International 221-222 [56]). Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001358/135852e.pdf> (cons. 14/5/2016)

Unesco (ed.) 2006: International Conference on the Safeguarding of Tangible and Intangible Cultural Heritage: Towards an Integrated Approach (Paris, UNESCO, Proceedings of the Nara Conference 2004). Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001470/147097M.pdf> (cons. 14/5/2016)

VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA

Museu Monográfico de Conímbriga

vrglcorreia@gmail.com

https://doi.org/10.14195/2183-1718_68_27

TARRÍO, Ana Maria Sánchez, *Leitores dos clássicos. Portugal e Itália, séculos XV e XVI uma geografia do primeiro humanismo em Portugal*, 127 pp., Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Centro de Estudos Clássicos, 2015, ISBN 978-972-565-567-2

Recensão recebida a 04-08-2016 e aprovada a 19-09-2016

Esta publicação de Ana Sánchez Tarrío constitui um valioso contributo para o estudo do Humanismo em Portugal numa perspectiva que entre nós ainda não tinha sido explorada com a devida dimensão. A autora toma e apresenta-nos um conjunto de edições humanísticas de autores clássicos publicadas em Itália, que pertencem ao espólio da Biblioteca Nacional, e que circularam nos ambientes literários portugueses entre os sécs. XV e XVI. Fazendo-se valer quer da leitura de anotações e de comentários existentes nos exemplares objecto de estudo, quer da leitura de textos variados de humanistas coevos, a autora discute, com a segurança de quem conhece as fontes, a recepção e o impacto destas obras em Portugal e a sua importância na configuração do humanismo português, não só em termos de centros de difusão, como de influência de autores, escolha de temas e de ideários, etc.

Na origem deste volume original terá estado a exposição bibliográfica que deu título ao livro e que esteve patente ao público ao longo de um ano (2015-2016), numa feliz colaboração entre a Biblioteca Nacional e o Centro